

\* Não pode ser vendido separadamente  
Suplemento integrante da edição 3925 do Jornal Correio do Povo do Paraná



**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná

Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-96 Fone: (42) 3635-6100 Fax: (42) 3635-6136  
[www.laranjeiras.pr.gov.br](http://www.laranjeiras.pr.gov.br)  
**GABINETE DO PREFEITO**  
Cidade: 2021/0204

**DECRETO Nº 047/2022**  
27/06/2022

**SÚMULA: JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO DECRETO Nº 127/2021.**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem os Artigos 64 e 65, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e ainda,

CONSIDERANDO o artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

CONSIDERANDO o Decreto Lei nº 2848/1940 – Código Penal, em seu artigo 297.

CONSIDERANDO o relatório final aprovado pela Comissão de Processo Administrativo.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica considerada inidônea a empresa POLIANA BOARIA ZIEMNICZAK 0936312935, inscrita no CNPJ/MF nº 30.698.102/0001-93 para contratar em qualquer esfera administrativa.


**Art. 2º** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar em qualquer esfera administrativa perdurará pelo prazo de 05 (cinco) anos.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de junho de 2022.



**JONATAS FELISBERTO DA SILVA**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná

Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-96 Fone: (42) 3635-6100 Fax: (42) 3635-6136  
[www.laranjeiras.pr.gov.br](http://www.laranjeiras.pr.gov.br)  
**GABINETE DO PREFEITO**  
Cidade: 2021/0204

**DECRETO Nº 048/2022**  
27/06/2022

**SÚMULA: REGULAMENTO A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando a necessidade de regulamentação de vários dispositivos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, e considerando a necessidade de implementação gradual desta nova legislação no âmbito municipal ante o esgotamento do período de vacância legal,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Este Decreto regulamentará a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Laranjeiras do Sul-PR.

**Art. 2º** - O disposto neste decreto abrange todos os órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal.

**Parágrafo Único:** Não são abrangidas por este Decreto as licitações das empresas estatais municipais e suas subsidiárias, regidas pela Lei Federal nº 13.302, de 30 de junho de 2016.

**Art. 3º** - Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**CAPÍTULO II**  
**DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 4º** - Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes, ainda:

I - Conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - examinar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo e todos os processos licitatórios que envolvam procedimentos auxiliares (artigo 6º, I, parte final da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021), cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes.

§2º Caberá ao Agente de Contratação a instrução dos processos de contratação direta nos termos do artigo 72 da citada Lei, neste caso, quando for necessária sua atuação.

§3º O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, deverão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município, ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

§4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§5º O Agente de Contratação será auxiliado por Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§6º O Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação que será formada por, no mínimo, 03 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§7º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

**Art. 5º** - Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - a designação considerará o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

§1º O Fiscal ou Gestor de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§2º O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de Contratos.

§3º O Fiscal ou Gestor de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

**CAPÍTULO III**  
**DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

**Art. 6º** - Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**Parágrafo Único:** Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão, do Ministério da Economia, ou outra que vier a substituí-la.

**CAPÍTULO IV**  
**DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Art. 7º** - Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à licitação de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ressalvado o disposto no artigo 8º.

**Art. 8º** - Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - despesas de licitação previstas nos incisos VII e VIII, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º, do artigo 90, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Aposentamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

V - nos demais casos de contratação direta (inecixigibilidade e de dispensa de licitação) caberá ao Administrador Público, ou ao Secretário Municipal da pasta com poderes delegados, a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, bem como, para aquelas situações (inecixigibilidade e de dispensa de licitação), a decisão acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

**CAPÍTULO V**  
**DO CATALOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS**

**Art. 9º** - O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, que poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

§1º Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do artigo 19, II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dentre outros, os Catálogos CATMAT e CATSER do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

§2º As disposições do presente artigo poderão ser implementadas após 1º de abril de 2023, cabendo ao Administrador Público, ou ao Secretário Municipal da pasta com poderes delegados, justificar, por escrito, e anexar ao respectivo processo licitatório a não utilização do catálogo eletrônico de padronização ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV, do caput, do artigo 19, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 10** - Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

**Art. 11** - Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

a) ostentação;

b) opulência;

c) forte apelo estético; ou

d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV - elasticidade-renda da demanda - razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

**Art. 12** - O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do caput do art. 11:

I - relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e

II - relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

a) evolução tecnológica;

b) tendências sociais;

c) alterações de disponibilidade no mercado; e

d) modificações no processo de suprimento logístico.

**Art. 13** - Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do art. 11º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

**CAPÍTULO VI**  
**DA PESQUISA DE PREÇOS**

**Art. 14** - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no §1º, do artigo 23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autossuficientes, no que couber.

**Art. 15** - No processo licitatório e nas contratações diretas para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à média do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em sites disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCPI), quando este estiver disponível;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas;

VI - pesquisa na base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade.

**Art. 16** - No processo licitatório e nas contratações diretas, para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à média do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinpac), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento a ser editado pelo Governo Federal;

V - pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

VI - pesquisa na base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade.

§ 1º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do caput, deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I, do caput deste artigo, devendo a utilização de metodologias expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

**Art. 18** - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de 03 (três) preços, desde que devidamente justificada nos autos.

**Art. 19** - Considerar-se-á como solicitação formal de cotação para os fins do artigo 15, IV, e 16, V, a solicitação efetuada pela Administração Pública examinada por meio físico ou digital, inclusive por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encartados aos autos.

**Art. 20** - Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação ou ao órgão técnico municipal ou ao Administrador Público ou Secretário Municipal da pasta com poderes delegados, ou a agente público designado pelo Chefe do Poder Executivo para a realização de compras, a apuração do valor estimado com base no melhor preço aferido.

§ 1º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 2º Serão desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados será acompanhada da devida motivação.

§ 2º Na hipótese do §1º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

**Art. 17** - Nas contratações diretas por inexistibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos artigos 15 e 16, o fornecedor escolhido para contratação deverá comprovar previamente a subscrição do contrato, que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

**Art. 18** - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de 03 (três) preços, desde que devidamente justificada nos autos.

**Art. 19** - Considerar-se-á como solicitação formal de cotação para os fins do artigo 15, IV, e 16, V, a solicitação efetuada pela Administração Pública examinada por meio físico ou digital, inclusive por e-mail, devendo os respectivos documentos serem encartados aos autos.

**Art. 20** - Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação ou ao órgão técnico municipal ou ao Administrador Público ou Secretário Municipal da pasta com poderes delegados, ou a agente público designado pelo Chefe do Poder Executivo para a realização de compras, a apuração do valor estimado com base no melhor preço aferido.

§ 1º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 2º Serão desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados será acompanhada da devida motivação.

**Art. 21** - Nas contratações realizadas pelo Município, que envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação deve observar o contido no artigo 23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 22** - Após 1º de abril de 2023, na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial nº 13.395, de 05 de junho de 2020, ou outras normativas que vierem a substituí-los.

**Art. 23** - A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses do §2º, do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, respondendo o agente contratante quando comprovada aquisição por preços excessivos.

Parágrafo Único. O valor de que trata o §2º, do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será atualizado pelo INPC/IBGE, tendo por data base o dia 1º de abril.

**CAPÍTULO VII**  
**DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**Art. 24** - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando-se como parâmetro

normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo IV, do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015.

§ 1º Decorrido o prazo de 06 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

§ 2º Considera-se grande vulto a contratação cujo valor estimado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

§ 3º O valor de que trata o §2º, será atualizado pelo INPC/IBGE, tendo por data base o dia da publicação deste Decreto.

§ 4º Opcionalmente, nas contratações abaixo do valor mencionado nos parágrafos acima, o Edital poderá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 25** - Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% (cinco por cento) da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

**Parágrafo Único:** Nas licitações municipais não se preverá a margem de preferência referida no artigo 26, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO IX**  
**DO LEILÃO**

**Art. 26** - Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;

II - designação de um Agente de Contratação para atuar como Leiloeiro, em caso de não impedimento pela Lei Estadual 19.140/2017, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no §5º, do artigo 4º, deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um Leiloeiro Oficial para conduzir o certame;

III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros;

IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º - O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º - A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

**CAPÍTULO X**  
**DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO**

**Art. 27** - Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

**CAPÍTULO XI**  
**DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO**

**Art. 28** - Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho préterito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

**Parágrafo Único:** Em âmbito municipal, considera-se autossuficiente o disposto nos §§ 3º e 4º, do artigo 88, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

**CAPÍTULO XII**  
**DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO**

**Art. 29** - O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiância, usabilidade e considerar, ainda, a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município, com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

**Parágrafo Único:** Em âmbito municipal, a programação estratégica de contratações de software de uso disseminado no Município deve observar, no que couber, o disposto no Capítulo II, da Instrução Normativa nº 1, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital, do Ministério da Economia, bem como, no que couber, a redação atual da Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital, do Ministério da Economia, ou outros normativos que venham a substituí-los.

**Art. 30** - Como critério de desempate previsto no artigo 60, III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas na etapa de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.

**CAPÍTULO XIV**  
**DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS**

**Art. 31** - Na negociação de preços mais vantajosos para a Administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderão oferecer contraproposta.

**CAPÍTULO XV**  
**DA HABILITAÇÃO**

**Art. 32** - Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente, nos termos do §5º, do artigo 17, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**Parágrafo Único.** Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do licitante, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

**Art. 33** - Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contrato de obra e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou nota fiscal abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

**Art. 34** - Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nos incisos III e IV, do caput, do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**CAPÍTULO XVI**  
**DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS**

**Art. 35** - Para efeito de participação de empresas estrangeiras nas licitações municipais, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber e quando previsto em edital, o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão, do Ministério da Economia, ou outra que vier a substituí-la.

**CAPÍTULO XVII**  
**DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Art. 36** - Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexistibilidade de licitação.

**Art. 37** - As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza da licitação na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

**Art. 38** - Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de Intenção de Registro de Preços (IRP), concedendo o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da Intenção de Registro de Preços (IRP), o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

**Art. 39** - A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**Art. 40** - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou suprasso ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 41** - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àquela praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo Único.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, do caput, será formalizado por despacho fundamentado.

**Art. 42** - O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - o pedido do fornecedor.

**CAPÍTULO XVIII**  
**DO CREDECENCIAMENTO**

**Art. 43** - O credenciamento poderá ser utilizado quando a Administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de

competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º A Administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela Administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

**CAPÍTULO XIX**  
**DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**

**Art. 44** - Adotar-se-á, em âmbito municipal, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015, ou outro que vier a substituí-lo.

**CAPÍTULO XX**  
**DO REGISTRO CADASTRAL**

**Art. 45** - Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCPI) previsto no artigo 87, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastrado de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão, do Ministério da Economia, ou outra que vier a substituí-la.

**Parágrafo Único.** Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput, deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

**CAPÍTULO XXI**  
**DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA**

**Art. 46** - Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

**Parágrafo Único.** Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes contratantes, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

**CAPÍTULO XXII**  
**DA SUBCONTRATAÇÃO**

**Art. 47** - A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou, se desles forem cômico, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pelo licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

**CAPÍTULO XXIII**  
**DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**Art. 48** - O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato;

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 1º O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, considerar-se-ão objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II, do artigo 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO XXIV**  
**DAS SANÇÕES**

**Art. 49** - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Fundação.

**CAPÍTULO XXV**  
**DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES**

**Art. 50** - A Secretaria Municipal de Finanças em parceria com a Secretaria Municipal de Controle Interno, ou outro órgão ou unidade que a substituir, regulamentará, por ato próprio, o disposto no artigo 169, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente ínt



VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

VII - conceder aos trabalhadores das contratadas direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.

Art. 55 - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Art. 56 - Os contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em Notas de Tabelião, salvo aqueles que se enquadram na situação prevista na parte final do artigo 108, do Código Civil, sendo que o teor dos mesmos deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 57 - A Secretaria Municipal da Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto, e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 58 - Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 59 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 27 de junho de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. de Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136  
<http://www.laranjeiras-pr.gov.br>  
GABINETE DO PREFEITO  
Geleio 2021/0204

**DECRETO Nº 049/2022**  
27/06/2022

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PREVISTO NA LEI Nº 051/2018 E NOMEIA OS AGENTES ENVOLVIDOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando a implementação da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 1921, e considerando a necessidade de adequação da nomenclatura dos agente envolvidos nas contratações públicas, gratificação prevista Lei nº 051/2018, e nomeia os agentes nas contratações públicas, conforme Lei 14.133/2021.

**DECRETA:**

Art. 1º - Farão jus a Gratificação previsto no art. 6º, da Lei 051/2018 os membros da comissão de contratação, agente de contratação, agente de apoio e pregoeiro do Município de Laranjeiras do Sul-Pr.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes agentes nas seguintes funções nas contratações públicas, conforme Lei 14.133/2021.

Agente de Contratação	- JOILSON GROSSELLI GALVÃO
Comissão de Contratação	- MARCOS PAULO GROSSELLI GALVÃO - RENAN LANGER - EDSON CARLOS BECKER - MARCOS REINALDO COLETH - UBIRATAN BENHUR DE RAMOS
Pregoeiro (presencial)	- EDSON CARLOS BECKER
Pregoeiro Substituto (presencial) Equipe de Apoio	- UBIRATAN BENHUR DE RAMOS - JOILSON GROSSELLI GALVÃO - RENAN LANGER - MARCOS PAULO GROSSELLI GALVÃO
Pregoeiro (eletrônico)	- UBIRATAN BENHUR DE RAMOS

Pregoeiro Substituto (eletrônico)  
Equipe de Apoio

- EDSON CARLOS BECKER - JOILSON GROSSELLI GALVÃO - RENAN LANGER - MARCOS PAULO GROSSELLI GALVÃO
--

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos nº 003, 004 e 005/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de junho de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2017  
12º TERMO ADITIVO - PRAZO

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL CONFORME LOTE 01.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: D & D PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ 13.561.077/0001-82, localizada na Rod. BR 163, Km 290,5, s/nº, Área Rural, CEP 85.960-000, Marechal Cândido Rondon-PR, representada por CHRISTINA DALMINA, portadora da cédula de identidade R.G. n.º 8.385.033-7-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 9.41.050.759-85.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022  
1º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.895.999/0001-64, com endereço na Rua Frederico Jensen, nº 4396, Itoupavazinha, Blumenau-SC, CEP 89.066-301, neste ato representado pelo Sr. RAFAEL CASCALES DOS SANTOS, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 4.483.483-5-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 360.966.638-26.

REEQUILÍBRIO ITENS: 06, 34, 51 e 56.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 8.105,58 (oito mil, cento e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 24 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022  
3º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com sede na Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: DIPOL POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.219.334/0001-86, com endereço na Rod. BR 277, nº 2025, KM 452, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.303-495, neste ato representado pelo Sr. ALBERTO MINSKI JUNIOR, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.742.454-4-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 649.192.939-68.

REEQUILÍBRIO ITENS 03 E 04 (ÓLEO DIESEL S-10): 9,02%, equivalente à R\$ 0,63 no valor por litro.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 160.480,88 (cento e sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022  
3º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.632.093/0017-36, com endereço na Rua Padre Josafat Roga, nº 911, Ronda, Prudentópolis-PR, CEP 84.400-000, neste ato representado pela Sra. ANA CLARA FRANZNER CHIODINI, brasileira, empresária, portadora da CNH nº 05103903490-DIETRAN/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 006.219.329-57.

REEQUILÍBRIO ITEM 01 (ÓLEO DIESEL S-500): 9,49%, equivalente à R\$ 0,58 no valor por litro.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 123.250,00 (cento e vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022  
3º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: TRIUHA DIESEL COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.250.212/0001-95, com endereço na Rod. BR 277, nº 1925, KM 452, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.303-495, neste ato representado pelo Sr. ALBERTO MINSKI JUNIOR, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 3.742.454-4-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 649.192.939-68.

REEQUILÍBRIO ITEM 02 (ÓLEO DIESEL S-500): 10,13%, equivalente à R\$ 0,66 no valor por litro.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 57.065,58 (cinquenta e sete mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019  
5º TERMO ADITIVO - PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS/IMPRESSORA MULTIFUNCIONAIS COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: ANDRADE & PIMENTEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.420.804/0001-09, situada a Rua Capitão Antônio Joaquim de Camargo, nº 1891, Sala 01, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-230, neste ato representada pelo Sr. EMMANUEL PIMENTEL, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 008.045.189-63, e portador da cédula de identidade nº 2.885.528-42-SSP/SP.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses.

VALOR ADITIVO: R\$ 81.856,80 (oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019  
6º TERMO ADITIVO - REAJUSTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS/IMPRESSORA MULTIFUNCIONAIS COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: ANDRADE & PIMENTEL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.420.804/0001-09, situada a Rua Capitão Antônio Joaquim de Camargo, nº 1891, Sala 01, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-230, neste ato representada pelo Sr. EMMANUEL PIMENTEL, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 008.045.189-63, e portador da cédula de identidade nº 2.885.528-42-SSP/SP.

PERCENTUAL DE REAJUSTE: 11,89%.

VALOR ADITIVO: R\$ 9.232,80 (nove mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROFESSORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.170.651/0001-02, situada a Rua Nereu Ramos, nº 2454, Centro, Modelo-SC, CEP 89.872-000, neste ato representada pelo Sr. MICHAEL DIECKSON HASS, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 053.882.769-61, e portador da cédula de identidade nº 4.283.854-SSP/SC.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 210.990,00 (duzentos e dez mil, novecentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROFESSORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: NELSON BAVARESCO & BAVARESCO LTDA, inscrita no CNPJ nº 74.085.358/0001-49, situada a Rua Sete de Setembro, nº 2525, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-070, neste ato representada pelo Sr. NELSON BAVARESCO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 620.365.809-04, e portador da cédula de identidade nº 4.456.480-7-SSP/PR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 70.230,00 (setenta mil, duzentos e trinta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROFESSORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: DARLU INDUSTRIAL TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.223.106/0001-79, situada a Rua Floresta, nº 440, Centro, Barão de Cotepe-RS, CEP 99.740-000, neste ato representada pela Sra. LIGIANE PAULA GIACOMINI IZYCKI HAIDUKI, brasileira, empresária, inscrita no CPF/MF nº 015.919.100-99, e portadora da cédula de identidade nº 7093560212-SSP/RS.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.608,00 (dois mil, seiscentos e oito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROFESSORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: MULTICOM COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.855.864/0001-98, situada a Rua Humberto Nobre, nº 75, California, Londrina-PR, CEP 86.040-110, neste ato representada pelo Sr. DIOGO ATTANSO SIQUEIRA, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF nº 050.040.459-33, e portador da CNH nº 03819232311-DETRAN/PR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.134,40 (um mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8135 ou (42) 3635-8136

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2022  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022-PMLS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "JUI-JITSU PARA TODOS", OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADA: ESPORTIVA RV - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 19.468.880/0001-53, situada a LRG São Vicente de Paulo, nº 1066, Centro, Toledo-PR, CEP 85.900-215, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO RODRIGO ROYER, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 9.012.976-7-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 067.062.349-07.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - Cx. Postal 121 - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 - Fax: (42) 3635-8136  
<http://www.laranjeiras-pr.gov.br>

**EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO Nº 108/2022**  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2022 - PMLS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO AGRONÔMICO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) MUNICIPAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410, Laranjeiras do Sul, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-53.

CONTRATADO: EPECS EMPRESA DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE SOLO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.525/0001-56, com sede R. Lido Otraman, 1628, CEP 85.503-381, Bairro Fraron, pelo Branco, Paraná, neste ato representado pelo Sr. LUCAS RAFAEL GROBE, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 048.264.819-95 e portador da cédula de identidade nº 14.382.602-3-SSP/PR.

VALOR TOTAL: R\$ 33.000,00.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EXECUÇÃO: 20 (vinte) dias.

DATA DA ASSINATURA: 28 de junho 2022.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2022.

No dia 23 de junho de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, ADJUDICA E HOMOLOGA o Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico Nº 045/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA PROFESSORES, com itens exclusivos para me/apmei, item de ampla concorrência e cota reservada para me/apmei, em favor das empresas vencedoras pelo critério Menor Preço por item:

VENCEDOR	ITEM	VALOR TOTAL R\$
COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA CNPJ: 09.170.651/0001-02	01.	210.990,00
NELSON BAVARESCO & BAVARESCO LTDA CNPJ: 74.085.358/0001-49	02.	70.230,00
DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA CNPJ: 04.223.106/0001-79	03.	2.608,00
MULTICOM COMERCIO VAREJISTA DE SUPRIMENTOS LTDA CNPJ: 17.855.864/0001-98	04.	1.134,40

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 045/2022 R\$ 284.962,40 (Duzentos e Oitenta e Quatro Mil, Novecentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta Centavos).

JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2022.

No dia 24 de junho de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, ADJUDICA E HOMOLOGA o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial Nº 053/2022, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS (QUIMONOS E TATAMES), PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "JUI-JITSU PARA TODOS", OFERTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, em favor da empresa vencedora pelo critério Menor Preço por item:

VENCEDOR	ITEM	VALOR TOTAL R\$
ESPORTIVA RV - EIRELI CNPJ: 19.468.880/0001-53	02, 03, 04, 05.	12.300,00

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 053/2022 R\$ 12.300,00 (Doze Mil e Trezentos Reais).

JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**  
Estado do Paraná  
Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - Cx. Postal 121 - 85301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 - Fax: (42) 3635-8136  
<http://www.laranjeiras-pr.gov.br>

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2022 - PMLS**  
**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico em anexo, RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 018/2022 - PMLS, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO AGRONÔMICO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) MUNICIPAL, a empresa: EPECS EMPRESA DE PROJETOS, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE SOLO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.525/0001-56, pelo valor de R\$ 33.000,00.

Laranjeiras do Sul/PR, 28 de junho de 2022.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
Prefeito Municipal

**Município de Virmond**  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85300-000  
CNPJ: 95.887.822/0001-74 - Fone: (42) 3616-1122  
<http://www.virmond-pr.gov.br>

**GABINETE DO PREFEITO**

O Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Câmara Municipal de Virmond aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**LEI Nº. 634/2022**



Município de Virmond

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.

CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122

<http://www.virmond.pr.gov.br>

=====GABINETE DO PREFEITO=====

## ANEXO II


Estrada	Km		
Principal lagoa bonita	23,80	Principal Santo Anotnio x São Paulinho	4,10
Principal Santo Antônio Palpitiz	7,87	Vicinal Osmar Orgesovski	1,75
Principal Santo Antonio Igreja	0,83	Vicinal Vitor Fredericheski	0,10
Principa Santo Antonio Salateski/Meira	3,00	Vicinal Jorge Fredericheski	0,22
Principal Santo Antonio Loboda	1,21	Vicinal Sierdovski	0,01
Vicinal Antonio Loboda	0,13	Vicinal Davi Kubiak	1,00
Vicinal Meira	0,10	Vicinal Junival Nunes Nogueira	0,70
Vicinal João Meira	0,10	Principal Queiroz	5,61
Vicinal Jose Waczack	0,05	Vicinal Sierdovski	0,10
Principal Santo Antonio Divisa Alto São João	0,67	Vicinal Edio Sierdovski	0,31
Vicinal Dino Souza	0,96	Vicinal Adolfo Borek	0,25
Vicinal Vilmar Kominek	0,12	Vicinal Ervino Borek	0,16
Vicinal Dino Souza Casa	0,05	Vicinal Zeferino Kubiak	0,12
Vicinal Antonio Picidemiński	0,86	Vicinal Marcio Santos	0,10
Vicinal Floriano Krakoski	0,03	Vicinal José Lepke	0,04
Vicinal Claudio Krakoski	0,10	Vicinal Pedro Sherner	0,07
Vicinal Jose Waczack	0,05	Vicinal Vicente Voldilo	0,38
Vicinal Antonio Picidemiński Casa	0,26	Vicinal Carlos Voldilo	0,01
Vicinal Luiz Kokuczyk	0,10	Vicinal Acesso a Cachoeira do Tapera	2,87
Vicinal Eliandro Pilarski	0,76	Vicinal Ervino Borek	0,10
Principal André Pilarski	1,27	Vicinal Alexandre Roth	0,22
Vicinal André Pilarski	1,27	Vicinal Irineu Roth Acesso a Cachoeira do Tapera	2,32
Vicinal Floriano Klak	0,34	Vicinal Zico Grad	1,81
Vicinal Floriano Klak	1,75	Vicinal Edemilson Hamms	0,69
Vicinal André Pilarski	0,12	Vicinal Levino Braganholo	0,46
Vicinal Estanislau Bordela	0,35	Vicinal Zico Grad Casa	0,02
Vicinal Anisio Ruzanski	0,03	Vicinal Zeno Zapanni	0,04
Vicinal Elmo Odair Palpitiz	0,01	Vicinal Edilio Grad	0,37
Vicinal Ademar Ferreira	0,10	Vicinal Sidinei Lucca	0,71
Vicinal Erico Chruscinski	0,50	Vicinal Antonio Ortega	1,29
Vicinal Edemar Sigel	0,92	Vicinal Levino Braganholo	0,34
Vicinal Terezinha Machado	0,19	Vicinal Adelino Rosa	0,50
Vicinal Josepha	0,90	Vicinal Antonio Lucca	0,04
Vicinal Antonio Krakoski	0,10	Vicinal Joelsio Zapanni	0,11
		Vicinal Jeronimo Danilavicius	0,44



Município de Virmond  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

=====GABINETE DO PREFEITO=====

Vicinal João Danilavicius	0,33	Vicina Didal Demetrio	0,10
Vicinal Valmir Braganholo	0,43	Vicinal Amauri	0,10
Vicinal Helio Zanolvo	0,10	Vicinal Tadeu Halinski	0,16
Vicinal Valter Klosovski	0,37	Vicinal Carlos Culmann	0,41
Vicinal Emilio Kolmann	0,04	Vicinal Eduardo Pilarski	0,33
Vicinal Nisio Malinoski	0,11	Vicinal Valmir Pilarski	0,48
Principal Queiroz Albino Segunda X Henrique Mierwa Br 277	2,21	Vicinal Pilarski	0,21
Vicinal Henrique Mierzwa	0,10	Vicina Joeli Nouvackiz	1,10
Vicinal Sebastiao Simioni	0,10	Vicinal Irineu Grad	1,00
Vicinal Everton Klak	0,13	Vicinal Irineu Grad Casa	0,13
Vicinal Jorge Segunda	0,15	Vicinal Alci Zapanni	0,32
Vicinal Evandro Buskiewicz	0,25	Vicinal Onofre Dombroski	0,10
Vicinal Veronica Segunda	0,04	Vicinal Helena Ossoski	0,11
Vicinal Evandro Buskiewicz casa	0,20	Vicinal Marcia Ossoski	0,04
Vicinal Sandro Buskiewicz	0,48	Vicinal Floriano Clak	0,23
Vicinal Miguel Lucca	0,10	Vicinal Geneversson Refinski	0,04
Vicinal miguel Segunda	0,03	Vicinal Helena Voliski	0,18
Vicinal Miguel Lucca	0,04	Vicinal Celso Timm	0,46
Vicinal Adilson Clak	0,17	Vicinal Guilherme Gurskoi	0,54
Vicinal Zico Minski	0,10	Vicinal Eugenio Gurskoi	0,10
Vicinal Minski	0,12	Vicinal Eloi/ Elcio Fyderecheski	1,62
Vicinal Osmar Santos	0,10	Vicinal Adolfo Chruscinski	0,10
Vicinal Helio Iachinski	1,14	Vicinal Casemiro Dombroski	0,60
Vicinal Helio Iachinski Casa	0,24	Vicinal Erico Fyderecheski	1,34
Vicinal Neno Clak	0,10	Vicinal Andre/ Antonio Dombroski	0,59
Vicinal Adriano Klak	0,13	Vicinal Dombroski	0,12
Principal Linha Zapaozski	6,77	Vicinal Erico Fyderecheski	0,11
Principal Campo das criaça	17,80	Vicinal Edvino Cherpinski	0,34
Principal Campo das crianças Santa luzia 2	1,38	Vicinal Darci Oliveira	1,00
Principal Campo das Crianças Wasiak	2,30	Vicinal Emilio Chruscinski	0,15
Principal Linha Restinga	13,90	Vicinal Chruschinski	4,11
Principal Linha Cavernoso	17,70	Vicinal Tomas Chruscinski	0,47
Principal Linha Rozetinski	2,38	Vicinal Monica Michalowski	0,14
Principal Morro Branco	1,82	Vicinal Chruscinski	1,42
Principal São Paulinho	4,99	Vicinal Clarice/Vanderlei Michalowski	0,33
Vicinal Almir Zapanni	0,31	Vicinal Pedro Kudelski	2,10
		Vicinal X	0,05



Município de Virmond  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

**-----GABINETE DO PREFEITO-----**

Vicinal Pedro Kudelski Casa	0,10	Vicinal Pedro Voliski	0,05
Vicinal Pedro Chruscinski	0,10	Vicinal Aleho Voliski	0,03
Vicinal Celso Burdella	0,10	Vicinal Alessandro Voliski	0,05
Vicinal Edilson Chruscinski	0,23	Vicinal Sergio Bukoski	0,28
Vicinal Cruchinski	0,01	Vicinal Jaco Bukoski	0,10
Vicinal Flores	0,02	Miguel Miczinski	0,28
Vicinal Fernandes Passarin	0,24	Vicinal Eduardo Miczinski	2,90
Vicinal Vereta	0,27	Vicinal Geraldo Mierwa	0,51
Vicinal Eugenio Michalowski	1,00	Vicinal Celso Macenski	0,10
Vicinal Tadeu Telaska	2,58	Vicinal Enio Miczinski	0,17
Vicinal Adelino Klak	0,90	Vicinal Eduardo Miczinski	0,10
Vicinal Adilson Dombroski	0,18	Vicinal João Bugay	0,33
Vicinal Roberto Neuhs	0,48	Vicinal Paulo Macenski	0,26
Vicinal Luiz Chruscinski	2,75	Vicinal Eduardo miczinski	0,10
Vicinal Refski	0,10	Vicinal Aleho Bugay	0,70
Vicinal Eduardo Magalski	0,48	Secundaria Lavoura João Bugay	1,84
Vicinal Eloi Chruscinski	0,18	Secundaria Micinski	0,89
Vicinal Padilha	0,16	Vicinal Micinski	0,53
Vicinal Padilha	0,10	Secundária Vitorio Mierwa	2,10
Vicinal Marlene Telaska	1,56	Vicinal Eugenio Ossoski	0,23
Vicinal Wenceslau Kudelski	0,90	Vicinal Adelar Kudelski	0,90
Vicinal Ines Buskiewicz	0,33	Vicinal Adelio Kudelski	0,10
Vicinal André Telaska	0,40	Vicinal Veinho	0,10
Vicinal Teodoro Clak	0,10	Vicinal Fernandes Buskiewicz	0,13
Vicinal Valmir	0,04	Vicinal Fernandes Buskiewicz	0,12
Vicinal Adolfo Refski	0,16	Vicinal Anselmo Pimentel	0,32
Vicinal Nelson Refski	1,19	Vicinal Uirna Hidreletrica Cavernoso	1,32
Vicinal Olinda Refski	0,13	Vicinal P	0,41
Vicinal Dombroski	0,12	Vicinal Elzeu Kominek	0,15
Vicinal Luiz Czesz	1,38	Vicinal Aguas Mineralis	0,40
Vicinal Osmar Rosa	1,34	Vicinal XX	0,02
Vicinal Aleho Telaska	0,17	Vicinal Juca Pilarski	0,03
Principal LagoaCavernoso	3,00	Vicinal Valdere	21,80
Vicinal Floriano Clak	0,11	Vicinal Ailton Rovani	0,14
Vicinal Luciano Voliski	0,10	Vicinal Simão Pavani	0,19
Vicinal Moruchak	0,03	Vicinal Pedro Felipe Castel	0,61
Vicinal Casanowski	0,03	Vicinal Ana Dogado	0,25

## Município de Virmond

Estado do Paraná


Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.

CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122

<http://www.virmond.pr.gov.br>

### =====GABINETE DO PREFEITO=====


Vicinal Belem	0,02	Vicinal Eraldo Gomes	0,06
Vicinal Danilavicius	0,17	Vicinal Benedito	0,03
Vicinal Jaime Franke	0,11	Vicinal Z	0,15
Vicinal Tiago Segunda	0,18	Vicinal Marcos Demetrio	0,67
Vicinal Pedro Stunder	0,24	Vicinal Dirceu Demetrio	0,23
Vicinal Nelson Bartoski	0,13	Vicinal Alecu Demetrio	0,10
Vicinal Vilso Fridri	0,12	Vicinal Estanislau Demetrio	0,04
Vicinal Falkoski	0,25	Vicinal Juanri da Silva	0,11
Vicinal Evandro Falkoski	0,14	Vicinal Pedro Olenik	1,83
Vicinal Osvaldo Wasiak	0,03	Vicinal Floriano Gellinski	0,10
Vicinal Pedro Wasiak	1,91	Vicinal Pedro Olenik	0,10
Vicinal Edvino Zapalowski	0,52	Vicinal Vilmar Vilce Demetrio	0,04
Vicinal Adão Olenik	0,10	Vicinal Uizardo Hames	0,10
Vicinal Vanderlei Rhuts	1,00	Vicinal Cleomar Demetrio	0,02
Vicinal Fabio Kaminski	0,17	Vicinal Celso Dombroski	0,16
Vicinal Poco Artesiano	0,10	Vicinal Elza Segunda	0,21
Vicinal Luiz Olenik	0,04	Vicinal Valmir Demetrio	4,38
Vicinal Juliano Leporacy	0,07	Vicinal Valmir Demetrio	0,03
Vicinal Adir Leporacy	0,02	Vicinal Paulo Dziobak	0,85
Vicinal Adir Leporacy	0,15	Vicinal Euclides Virmond	0,08
Vicinal Osmar Palinski	0,57	Vicinal Juca Pilarski	0,15
Vicinal Igreja	0,10	Vicinal Jose Demetrio	0,01
Vicinal Bar Rose	0,02	Vicinal Joel Gomes	0,46
Vicinal Vila 1	0,27	Vicinal Alcione Demetrio	0,29
Vicinal Sebastião	0,04	Vicinal Pedro Nakoneski	0,03
Vicinal Amando Wasiak	0,12	Vicinal João Nakoneski	0,26
Vicinal Amando Wasiak	0,87	Vicinal Alcione Demetrio	0,10
Vicinal Catarina Grad	0,10	Vicinal Celmo Grad	0,10
Vicinal Aleko Wasiak	0,20	Vicinal Sogro Daniel	0,02
Vicinal Tito Virmond	0,02	Vicinal Flores Pietchak	0,44
Vicinal Elzeu Gomes	0,78	Vicinal Jose Jaime Waczack	0,23
Vicinal Luiz Virmond	3,17	Vicinal Waczack	0,10
Vicinal Leomar Demetrio	0,27	Vicinal Anido Pereira	0,10
Vicinal Osmar Palinski	0,67	Vicinal Celso Psidmirski	0,39
Vicinal Virmond	1,02	Vicinal Jose Loranetti	0,26
Secundaria X	0,27	Vicinal Adão Leal	0,23
Vicinal Luiz Virmond	0,03	Vicinal Valter de Lirio	0,93



Município de Virmond  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

**=====GABINETE DO PREFEITO=====**


Secundaria Valter de Lirio	0,90	Vicinal João Tomacheski	0,12
Vicinal Sergio Castel	0,12	Vicinal Linha Rozetiski	0,96
Vicinal Zilo Pilarski	0,61	Vicinal Augusto Rozetiski	0,31
Secundaria Zilo Pilarski	0,56	Vicinal Valdirene Domingues	0,28
Vicinal Augusto Pilarski	0,10	Vicinal Maria Miserski	0,04
Vicinal Irineu Sierdovski	0,11	Vicinal Alex Jasinski	0,04
Vicinal Adolison Sierdovski	0,10	Principal Villa Iagas	0,56
Vicinal João Furquim	0,51	Vicinal Mariano Michalowski	0,36
Vicinal Antonio Fernandes	0,50	Vicinal Buava	0,13
Vicinal Aleixo Mizerski	0,94	Vicinal Nelson Luiz de Vargas	0,10
Vicinal Renato Rizy	0,67	Vicinal Antonio Lissoski	0,12
Vicinal Arion Rizy	1,88	Vicinal Inacio Waczak	0,22
Vicinal Pedro Segunda	0,10	Vicinal COLERVI	0,02
Vicinal Marcos dos Santos	1,56	Vicinal Reinaldo Harnes	0,03
Vicinal Nouvackiz s	1,39	Vicinal COLERVI	0,06
Secundaria Celso Nouvackiz/ Diego Segunda	1,10	Vicinal Arno Passarin	0,58
Secundaria Felipe Kudelski	0,24	Vicinal Javorski	0,13
Vicinal Celso Nouvackiz	0,02	Vicinal Geronimo Zapaozski	0,02
Vicinal Celeste Nouvackiz	0,11	Vicinal Claudio Roginski	0,37
Vicinal Boanerges da Silva	0,32	Vicinal Antonio Zapovski	0,35
Vicinal Jorge Dionisio Minski	0,14	Vicinal Sergio Moruchak	0,32
Vicinal Cleonice Neuhs	1,48	Principal Restinga x Zapaozski	2,48
Secundaria Adilson Buskiewicz	0,22	Vicinal Ernesto Oleinik	0,65
Vicinal Geraldo Segunda	0,15	Vicinal Cesar Ryzy	0,05
Vicinal Diego Juraski	0,48	Vicinal Elzeu Demetrio/Pedro Ruths	0,83
Vicinal Avelino Stefanoski	0,33	Vicinal Euclides de Silva	0,22
Vicinal Paulo Palinski	0,10	Vicinal Mario Zapalowski	0,10
Vicinal SANEPAR	0,10	Vicinal Eduardo Shurtz	0,32
Vicinal Darci Oliveira	0,10	Vicinal Kloss	0,03
Vicinal Paulo Palinski	0,07	Vicinal Nelo Zapaozski	0,05
Vicinal Silvestre Waczak	0,04	Vicinal Miguel Zapaozski	0,04
Vicinal Alfredo Rozetiski	0,04	Vicinal Francisco Boiko	0,11
Vicinal Albino Rozetiski	0,10	Vicinal Desconhecido	0,12
Vicinal Alfredo	0,05	Vicinal Miguel Drabeski	0,57
Vicinal Aleixo Rozetiski	0,19	Vicinal Celso Pidmirinski	0,28
Vicinal Aleixo Rozetiski	0,04	Vicinal Gregório Zapaozski	0,22
		Vicinal Francisco Zapaozski	0,10



Município de Virmond  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

**=====GABINETE DO PREFEITO=====**


Vicinal Neuton Gomes	0,04	Vicinal João Pilarski	0,17
Vicinal Teodoro Zapaozski	0,21	Vicinal Pedro Iachinski	1,43
Vicinal Geraldo Zapaozski	0,23	Vicinal Vicente Jasinski	0,17
Vicinal Davi Zapaozski	0,10	Vicinal Eugenio Pilarski	0,32
Vicinal Vicente Zapaozski	1,10	Vicinal Ivan Pilarski	0,10
Vicinal Carlos Drabeski	0,18	Vicinal Eudoro Czes	0,34
Vicinal Calos Drabeski	0,04	Vicinal João Jasiski	0,19
Vicinal Pedro Castel	0,24	Vicinal Isabel Swarts	0,10
Vicinal Eduardo Zapaozski	0,20	Vicinal Luiz Otavio Paiva	3,65
Vicinal Augusto Bugay	0,14	Vicinal Celestino Mintekewski	0,19
Vicinal Jocemar Borek	0,13	Vicinal Inacio Jasinski	0,94
Vicinal Claudio Benderoviz	0,14	Vicinal Daniel Pilarski	0,69
Vicinal Elizeu Gellinski	0,45	Vicinal Davi/Eugenio Pilarski	0,10
Vicinal Henrique Buskiewicz	0,14	Secundaria Dulcimar Mitwiski	0,54
Vicinal Vilson Buskiewicz	0,10	Vicinal Renato Klak	0,38
Vicinal Joanes Buskiewicz	0,10	Vicinal Clecio Klak	0,02
Vicinal Edson Buskiewicz	0,05	Vicinal Vicente Jasinski	0,15
Vicinal Canela X São Paulinho	0,91	Vicinal Luiz Czes	0,53
Vicinal Aroldo Chinpiscote	0,10	Vicinal Paulo Czes	0,10
Vicinal William Klav	0,10	Vicinal Igreja São Nicolau	0,10
Vicinal Narciso Radeski	0,10	Vicinal Nestor Ossoski	0,10
Vicinal Fatima Shultz	0,17	Vicinal Silvestre Jasinski	0,27
Vicinal Nilso Granoski	0,29	Vicinal Pedro Iachinski	0,02
Vicinal Rodrigo Granoski	0,04	Vicinal Nestor Ossoski	0,08
Vicinal Janete Krakoski	0,19	Vicinal Sebastiao Kominek	1,95
Vicinal Marcelo Palinski	0,29	Vicinal Floriano Cominek	0,02
Vicinal Luiz Granoski	0,12	Vicinal Marcos Kominek	0,08
Vicinal André Buskiewicz	0,23	Vicinal Sergio Kominek	0,04
Vicinal Francisco Krakoski	0,05	Vicinal Marcio Kominek	0,02
Vicinal Floriano Klak	0,09	Vicinal Sergio Klak	0,05
Vicinal Bino Buskiewicz	0,13	Vicinal Antonio Bgtzinski	0,07
Vicinal Albino Buskiewicz	0,30	Vicinal Teodoro Iachinski	0,07
Vicinal Eduardo Zucovski	0,15	Vicinal Alezio Kominek	0,04
Vicinal stanislau Zucovski	0,59	Vicinal Leonardo Kominek	0,04
Vicinal Carlito Kokuski	0,21	Vicinal Aloisio Kominek	1,14
Vicinal Paulo Swartz	0,10	Vicinal Miguel Henkemaier	0,19
Vicinal Carlito Secunda	1,47	Vicinal Stefano Kominek	0,24



Município de Virmond  
Estado do Paraná  
Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

**=====GABINETE DO PREFEITO=====**

Vicinal Pedro Cherpinski	0,11	Vicinal Jose Palinski	0,59
Vicinal Miguel Henkemaier	0,80	Vicinal Cesar Lucca	0,42
Vicinal Donizete Nascimento	0,39	Vicinal Lidia Bertini	0,10
Vicinal Nelson Bagdzinski	0,76	Vicinal Miguel Zimbros	0,20
Vicinal Maximino Palinski	1,46	Vicinal Igreja N. Sra Ap. Tapera	0,10
Vicinal Joel Bagdzinski	0,10	Vicinal Tadeu Passala	0,38
Vicinal Vicente Klaczik	0,28	Vicinal Luiz Augusto Burei	0,46
Vicinal n id	0,30	Vicinal Ambrosio Burei	0,17
Vicinal Amarildo Pinheiro	3,67	Vicinal Nestor Burei	0,10
Vicinal Vitor Chimpicoski	2,00	Vicinal Marcio Passala	0,12
Albino Jasinski	0,10	Vicinal Adilson Zanella	0,20
Vicinal Stanislaw Klaczky	0,14	Vicinal Joao P Burei	0,10
Vicinal eliane Klaczky	0,16	Vicinal Carlos Krupacz	0,28
Vicinal Valdomira Moruchak	0,12	Principal Tapera x Limeira	4,21
Vicinal Reginaldo Staski	0,11	Vicinal Eleon Corderio	2,14
Vicinal Paulo Iachinski	0,36	Vicinal Antonio Burei	0,25
Vicinal Sergio Mogarte	0,10	Vicinal Antonio Burei	0,10
Vicinal Casemiro Staski	0,53	Vicinal Tarasio Valionka	0,22
Vicinal Gabriel staski	0,13	Vicinal Nicolau Russen	0,27
Vicinal Os Novato	0,77	Vicinal Nelso Jasinski	0,13
Vicinal Jeferson Renato Jasinski	0,04	Vicinal Eloi Conjunksi	1,64
Vicinal Reginaldo Kowalski	0,09	Vicinal Brinski	0,10
Vicinal Eduardo Swartz	0,17	Vicinal Novato x	0,10
Vicinal Pedro Dombroski	0,16	Vicinal Adao Mineiro	0,10
Vicinal Antonio Regdzinski	1,34	Vicinal Tadeu Drabetski	0,21
Vicinal Milton Ogrodoski	0,10	Principal Alto Rio Tapera	7,88
Vicinal Henrique Dombroski	0,18	Vicinal Luiz Romancini	0,23
Vicinal Vitorio Mierwa	0,12	Vicinal Omar Sobczak	0,17
Vicinal Henrique Mierwa	4,00	Vicinal Luiz Romancini	0,02
Vicinal Joao Bordelak	0,10	Vicinal Celso Kranz	1,33
Vicinal Alexandre Swartz	0,13	Vicinal Jose Pszcidminski	0,24
Vicinal Alexandre Swartz	0,10	Vicina Mario Brinski	1,10
Vicinal Luiz Amilton Swartz	0,10	Vicinal Jareldina Pilarski	0,10
Vicinal Luiza Klak	0,04	Vicinal Daio	0,25
Vicinal Floriano Klak	0,16	Vicinal Brinski	0,10
Vicinal Julio Maureso	0,91	Vicinal Brinski	0,02
Vicinal Alexandre Swartz	0,45	Vicinal Clair Albani	0,96



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Art. 19 A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Para os fins previstos no “Caput” deste artigo, considera-se carente as pessoas cadastradas no Departamento de Assistência Social e assim definidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.


Art. 20 São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá os critérios definidos em legislação específica.

Art. 21 A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2023 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 30 de setembro de 2022.

Parágrafo Único - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

Art. 22 A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2023 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 20 de outubro de 2022, conforme disposto no artigo 69, inciso V, alínea “b” da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168


§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2023 à Câmara Municipal.

Art. 23 Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2023 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2022 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I, artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Parágrafo Único - No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 26 Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;


II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 Para fins de atendimento ao disposto no Art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, inclusive realização de concurso público, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 28 Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2023, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no Art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.


Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no “caput” podendo a compensação,



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do “caput” deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando consequentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 Ocorrendo a necessidade de se efetuar contensão de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:


I – novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II – investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesa de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até dez por cento para cobrir custos regionais não previstos no CUB.



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Art. 33 Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integram o processo administrativo de que trata o Art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.


Art. 34 Para efeito do disposto no Art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contrária a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput contém, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 36 A Lei Orçamentária para o exercício de 2023 conterá autorização para o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal:


I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64;

IV – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V – proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 10% (dez por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

VI - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII - transpor ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal. e proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações.


VIII – proceder o remanejamento de dotações do orçamento de um para outro elemento de despesa dentro do mesmo projeto ou atividade.

IX - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Previdenciárias.

§ 1º A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V, VI e VIII não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.

§ 2º A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo considerando-se o limite de 15% (quinze por cento) em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 37 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congêner.



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Art. 38 Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no caput do Artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2.000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária os Programas de Governo consonte o previsto no parágrafo único do Artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, sem contar nos limites de suplementação previstos nos artigos anteriores.

Art. 39 No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165, da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 40 O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 41 O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2023, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 42 O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 43 Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas físicas e financeira, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2023.




**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Art. 44 Fica autorizado o Executivo Municipal a readequar a codificação de órgãos, unidades orçamentárias, classificação funcional, fontes de recursos e outras relacionadas a previsão da receita e fixação da despesa constantes nos anexos integrantes do orçamento fiscal para o exercício de 2023, visando a compatibilização com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 45 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras-PR, 27 de junho de 2022.

  
**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

**DECRETO N.º 136, DE 28 DE JUNHO DE 2022.**

Exonera, Servidora Pública municipal ocupante de cargo de provimento Efetivo.


O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,


**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonera A PEDIDO, a servidora pública municipal Sra. THAIS NEFFTHALY AMARAL, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.705.036-8 PR e inscrita no CPF sob nº 093.353.679-82, do cargo Efetivo de ODONTÓLOGO 40 horas, lotada na secretria de Saúde, a partir do dia 27 de junho de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 27 de junho de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

  
**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

**1º TERMO ADITIVO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2022**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022-PMML**

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ nº 95.587.648/0001-12, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **E.S. VAZ PASAGIDMO - ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2500, Sala 14, Bairro Centro Comercial Floresta, CEP 85.301-070, Laranjeiras do Sul - PR e inscrita no CNPJ sob nº 20.543.148/0001-80, representada pelo Sr. **EVERTON SANTOS VAZ**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.070.505-9 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 040.126.469-66, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 1351, Casa, Bairro Água Verde, CEP 85.302-080, Laranjeiras do Sul - PR, doravante denominada **CONTRATADA**, aditam a ata celebrada em 09 de março de 2022, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 27/2022-PMML, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 12/2022-PMML, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas rodoviárias (retrocavadeira e rolo compactador), para atender a demanda do município, para o período de 12 (doze) meses.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**  
O presente termo tem por objetivo conceder o Reequilíbrio Econômico-Financeiro, em virtude do aumento do custo do combustível, conforme tabela a seguir:

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtd	Preço Atual	Preço Total	Valor Atual	Valor Total
188	1	BRO272434-ANLOCPINO SAMS COMPACTADO	GEOLAB	BSLAPIN	1040,00	0,0371.080,00	0,031	1.240,00
<b>TOTAL</b>								<b>160,00</b>

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ nº 95.587.648/0001-12, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **E.S. VAZ PASAGIDMO - ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2500, Sala 14, Bairro Centro Comercial Floresta, CEP 85.301-070, Laranjeiras do Sul - PR e inscrita no CNPJ sob nº 20.543.148/0001-80, representada pelo Sr. **EVERTON SANTOS VAZ**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.070.505-9 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 040.126.469-66, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, nº 1351, Casa, Bairro Água Verde, CEP 85.302-080, Laranjeiras do Sul - PR, doravante denominada **CONTRATADA**, aditam a ata celebrada em 09 de março de 2022, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 27/2022-PMML, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 12/2022-PMML, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas rodoviárias (retrocavadeira e rolo compactador), para atender a demanda do município, para o período de 12 (doze) meses.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**  
O presente termo tem por objetivo conceder o Reequilíbrio Econômico-Financeiro, em virtude do aumento do custo do combustível, conforme tabela a seguir:

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtd	Preço Atual	Preço Total	Valor Atual	Valor Total
1	2	LOCAÇÃO ROLLO COMPACTADOR (ROLA MAQUINA)	MULLER	VAP 70	16	750,00	239,00	179.250,00
<b>TOTAL</b>								<b>27.405,00</b>

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR**  
Em virtude do ativo de reequilíbrio econômico-financeiro fica aditado ao valor contratual, o montante de **R\$ 27.405,00** (Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Cinco Reais), passando o valor total contratual de **R\$ 239.000,00** (Duzentos e Trinta e Nove Mil Reais) para **R\$ 266.405,00** (Duzentos e Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Cinco Reais).

**CLAUSULA QUARTA** - O aditivo tem como base e fundamento o art. 65, inciso II, “d” da Lei 8.666/1993.

**CLAUSULA QUINTA** - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Nova Laranjeiras - PR, 27 de junho de 2022.


**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
CONTRATANTE

**EVERTON SANTOS VAZ**  
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_ CPF/RG \_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

**1º TERMO ADITIVO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2021-PMML**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2021-PMML**

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - PR, inscrito no CNPJ nº 95.587.648/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, daqui para frente doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **CONSTRUTORA CARRA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 08.255.500/0001-86, localizada na Rua Santa Catarina, nº 1801, Sala 101, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, representada pelo Senhor **MARCELO AUGUSTO CARRA**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº 5.788.647-1 SSP/PR, e inscrito no CNPJ nº 842.021.009-53, residente na Rua Santa Catarina, nº 1801, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, aditam o contrato celebrado em 29 de novembro de 2021, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 99/2021-PMML, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições da Licitação Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2021-PMML**, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
O objeto do presente Contrato é a execução de obra de edificação para instalação da base descentralizada, para suporte das ambulâncias do SAMU, localizada na sede do município, com área de 136,56m², sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da TOMADA DE PREÇOS 14/2021-PMML, fornecida pelo CONTRATANTE.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**  
O presente termo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução do objeto acima citado.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**  
O prazo de execução fica prorrogado por 90 (noventa) dias, passando a vigorar até 22 de setembro de 2022.


**CLAUSULA QUARTA** - O aditivo tem como base e fundamento o art. 57, II, §2º da Lei 8.666/1993.

**CLAUSULA QUINTA** - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Nova Laranjeiras - PR, 22 de junho de 2022.

**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
CONTRATANTE

**MARCELO AUGUSTO CARRA**  
CONTRATADO




**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

Plano 1 de 2

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_ CPF/RG \_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

**3º TERMO ADITIVO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2021-PMML**  
**PROCESSO Nº 228/2021**

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ nº 95.587.648/0001-12, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.889.035/0001-02, com sede na cidade de Erechim, Estado Rio Grande do Sul, sito a Rua Dr. João Caruso, nº 2115, Bairro Industrial, CEP 99.706-250, neste ato representado pelo representante legal o Senhor **SEBENI ROBERTO STEVENS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.421.050-70, portador da Cédula de Identidade nº 1089436834 S/D/OI RS, residente e domiciliado na cidade de Erechim, Estado Rio Grande do Sul, sito a Rua Pedro José Pagliosa, nº 190, Bairro Esperança, CEP 99.701-384, doravante denominada **CONTRATADA**, aditam a ata celebrada em 14 de outubro de 2021, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 149/2021-PMML, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº 76/2021-PMML, bem como pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**  
A presente Ata tem por objeto a formação de registro de preço para aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde e pronto atendimento municipal Severino da Rosa.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**  
O presente termo tem por objetivo conceder Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos produtos especificados conforme tabela a seguir:

Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtd	Preço Atual	Preço Total	Valor Atual	Valor Total
188	1	BRO272434-ANLOCPINO SAMS COMPACTADO	GEOLAB	BSLAPIN	1040,00	0,0371.080,00	0,031	1.240,00
<b>TOTAL</b>								<b>160,00</b>

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR**  
A presente Ata tem por objeto a formação de registro de preço para aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde e pronto atendimento municipal Severino da Rosa, com o valor total contratual de **R\$ 102.474,15** (Cento e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Quinze Centavos) para **R\$ 102.634,15** (Cento e Dois Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Quinze Centavos).


**CLAUSULA QUARTA** - O aditivo tem como base e fundamento o art. 65, inciso II, “d” da Lei 8.666/1993.

**CLAUSULA QUINTA** - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim acordarem, assinam o presente termo aditivo.

Nova Laranjeiras - PR, 27 de junho de 2022.

**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
CONTRATANTE

**SEBENI ROBERTO STEVENS**  
DETENTOR DA ATA



**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (41) 3827-1168

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_ CPF/RG \_\_\_\_\_



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 05.581.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Rao Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Fone: (41) 3827-1168

4º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2021-PMNL

PROCESSO Nº 238/2021

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ nº **RS.587.648/0001-12**, com endereço na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 152/2021-PMNL sob o nº **02.816.496/0001-54**, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado Paraná, sito na Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Bairro Cará-Cará, CEP 84.032-300, neste ato representado pelo representante legal o Senhor **FERNANDO PARUCKER DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.710.109-10, portador da Cédula de Identidade nº 2718.521, residente e domiciliado na cidade de Ponta Grossa, Estado Paraná, com firma embleo de Rua, nº 1079, Apto 41, Edifício Renner, Bairro Olaria, CEP 84.035-000, doravante denominada **CONTRATADA**, aditam a ata celebrada em 14 de outubro de 2021, acordam e ajustam firmo o presente Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços nº 152/2021-PMNL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo Licitação - Pregão Eletrônico nº 76/2021-PMNL, bem como pelas cláusulas e suas respectivas expressões definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a formalização de registro de preço para aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica das unidades de saúde e pronto atendimento municipal Severino da Rosa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO

O presente termo tem por objetivo proceder com o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item especificado conforme tabela a seguir:

PONTA GROSSA FARMACEUTICA LTDA									
Lote/Nº	Produto/Serviço	Marca	Unid.	Qtde Utilizada Original	Preço Unit. Original	Valor Total Original	Valor aplic. Reequilibrado	Valor Total aplic. Reequilibrado	Total Aplicado
17	BROMIDATO DE CLOROFENIRAMINA 1% COM SODIO, 2MG/ml/VL	HALESTASTA NIMODISA	ml	1.320,00	0,439	579,48	0,618	815,76	236,28
TOTAL									236,28

O MUNICÍPIO TERCEIRA - DO VALOR

Em virtude do aditivo do reequilíbrio econômico-financeiro, fica aditado ao valor contratual, o valor total de **R\$ 236,28** (Duzentos e Trinta e Seis Reais e Vinte e Oito Centavos), passando o valor total contratual de **R\$ 46.252,80** (Quarenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Dois Reais e Noventa Centavos) para **R\$ 46.489,08** (Quarenta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Dezcentos Centavos).

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 05.581.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Fone: (41) 3827-1168

CLÁUSULA QUARTA - O aditivo tem como base o fundamento o art. 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim concordar, assinam o presente termo aditivo.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS

CONTRATANTE

FERNANDO PARUCKER DA SILVA

DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 05.581.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Fone: (41) 3827-1168

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021-PMNL

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, Estado do Paraná, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, inscrito no CNPJ/MF nº **RS.587.648/0001-12**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 152/2021-PMNL sob o nº **02.816.496/0001-54**, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado Paraná, sito na Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Bairro Cará-Cará, CEP 84.032-300, neste ato representado pelo representante legal o Senhor **LUIZ HENRIQUE PENTADO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.797.741-9, SESP/PR, inscrito no CP nº **107.368.099-10**, residente e domiciliado na Linha Rio Bandeira, s/nº, Bairro Rio da Prata, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, aditam o contrato celebrado em 18 de março de 2021 e firmam o presente Termo Aditivo do Contrato nº 26/2021-PMNL, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Edital do Pregão Presencial nº 10/2021-PMNL, bem como nos termos da proposta de preços apresentada pela Contratada e pelas cláusulas e suas respectivas expressões definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar rural municipal, para o ano letivo de 2022, para a LINHA BANDEIRA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO

O presente termo tem por objetivo acrescentar na quilometragem diária do transporte escolar da LINHA BANDEIRA, a quantidade de 5,800 Km (cinco Quilômetros e Oitocentos Metros), com isso a quantidade diária atual passa de 99,800 Km (Noventa e Nove Quilômetros e Oitocentos Metros) para 105,600 Km (cento e Cinco Quilômetros e Seiscientos Metros). Esse valor será acrescido apenas nas treças e quatuor diárias, diante disso, considerando 03 dias, a quantidade a ser honorária é de **R\$ 46.400,00**, resultando num acréscimo de **2,42 % (119.160,00)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Qtde Utilizada Original	Km Diária Atual	Acrescimo diario	Total do Acrescimo	Valor Unitario	Valor Total
1	TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA BANDEIRA (VEICULO MEDIO-MOTOR)	km	10.380,00	99,800	5,800	464,00	5,02	2.329,28
TOTAL								2.329,28

Em virtude da solicitação de acréscimo de serviços, fica aditado ao valor contratual o montante de **R\$ 2.329,28** (Dois Mil, Trezentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), passando o valor do Contrato nº 152.739,45 (Centos e Cinquenta e Cinco Reais, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos), para **R\$ 155.068,73** (Centos e Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Oito Reais e Setenta e Três Centavos).

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 05.581.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Fone: (41) 3827-1168

Quarenta e Cinco Centavos), para R\$ 155.068,73 (Centos e Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Oito Reais e Setenta e Três Centavos).

CLÁUSULA QUARTA - O referido aditivo passará a vigorar a partir de 28 de junho de 2022.

CLÁUSULA QUINTA - O aditivo tem como base o fundamento o art. 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - As demais cláusulas permanecem inalteradas, e por assim concordar, assinam o presente termo aditivo.

FABIO ROBERTO DOS SANTOS

CONTRATANTE

LUIZ HENRIQUE PENTADO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS


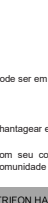

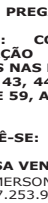
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 05.581.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representada pelo  
Fone: (41) 3827-1168

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2022-PMNL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2022-PMNL

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **RS.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 152/2021-PMNL sob o nº **02.816.496/0001-54**, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado Paraná, sito na Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Bairro Cará-Cará, CEP 84.032-300, neste ato representado pelo representante legal o Senhor **ZAGONEI S.A., CNPJ nº 13.965.233/0001-54**, localizada na Rodovia BR 282, Km 576, s/nº, Bairro Distrito Industrial Pinhal Leite, CEP 85.870-000, município de Pinhateiro, Estado de Santa Catarina, a orgão emissora denominad CONTRATADA, representada por seu Diretor Presidente **ROBERTO ZAGONEI**, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.839.342, órgão emissor SSP/CNPF nº 875.678.759-34, residente e domiciliado na Avenida 550 Paulo, nº 339, 1º andar, Bairro Centro, CEP 88870-000, no município de Pinhateiro, Estado de Santa Catarina.

DO OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente contrato é o fornecimento e instalação de luminárias para iluminação pública em LED, conforme especificações constantes na proposta e Termo de Referência: Fornecedor, Transporte e instalação de lâmpadas e luminárias para iluminação pública em LED, remoção e substituição final de luminárias substituídas. Substituição da iluminação pública do município por LED contemplando: placa de obra; fornecimento e instalação de luminárias de LED de até 60W e 150W; fornecimento e instalação de braco para iluminação pública tipo R2; remoção, transporte e destinação final de conjunto de iluminação existente, conforme Normas nº 275/2022 - SEDU/PARANÁ (Lei nº 10.127-108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 7

	<p align="center"><b>MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS</b></p> <p align="center"><b>ESTADO DO PARANÁ</b>  <small>CNPJ Nº 16.178.011/0001-28</small></p> <p align="center"><small>Rua Rio Grande 44 Sul, nº 2122, Centro - CEP: 83330-000  Fone: (41) 3621-1184</small></p>	<p><b>DO VALOR DO CONTRATO:</b></p> <p>O valor global para o fornecimento e instalação do objeto deste contrato é de <b>R\$ 547.100,00</b> (Quinhentos e Quarenta e Sete Mil e Cem Reais) daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".</p> <p><b>DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b></p> <p>As despesas com o fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária 15.451.0005.1030 - 4.4.90.51.00.00 - Conta/Função 001580.00000 e 01600.000915.</p> <p><b>DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA:</b></p> <p>O prazo de execução, compreendido o fornecimento e instalação do objeto contratado, é de 120 (Cento e Vinte) dias, contados do décimo primeiro dia da assinatura deste contrato.</p> <p>O presente contrato terá vigência de <u>265 (duzentos e sessenta e cinco) dias</u>, contados da data de assinatura.</p> <p>O FORO:</p> <p>Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.</p> <p>Nova Laranjeiras - PR, 28 de junho de 2022.</p>
	<p align="center"><b>Município de Pinhão</b></p> <p align="center"><b>ESTADO DO PARANÁ</b>  <small>CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28</small></p> <p><b>LEI N.º 2.214/2022</b>  <b>DATA: 28/06/2022</b></p> <p><b>SÚMULA:</b> Institui o projeto de prevenção para o combate ao Bullying e Cyberbullying nas Escolas Públicas e Privadas do Município.</p> <p>A Câmara Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:</p> <p><b>Art. 1.º</b> Fica instituído o Projeto de Prevenção para o combate ao bullying e cyberbullying, nas escolas públicas e privadas.</p> <p><b>Art. 2.º</b> O Projeto de Prevenção ao bullying e cyberbullying, tem por objetivo prevenir e combater a prática do bullying e cyberbullying nas escolas, esclarecendo todos os aspectos que envolvem a prática deste crime, buscando desenvolver atividades educacionais de conscientização das causas e consequências.</p> <p><b>§ 1.º</b> O bullying é todo ato de violência física e psicológica, onde o agente tem intenção e o ato de violência se torna repetitivo, e pode ser praticado por um único agente ou por grupos, contra uma ou mais vítimas.</p> <p><b>§ 2.º</b> O cyberbullying é toda forma de violência, seja ela física, psicológica, moral, dentre outras, por meio de uma vítima, onde o agente com intenção cria, divulga, envia fotos ou mensagens, propagando de forma limitada contra a vítima, intimidando, chantagando psicologicamente ou financeiramente.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Caracteriza-se a agressão física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação de forma discriminada, entre as quais:</p> <p><b>a)</b> Insultos pessoais;  <b>b)</b> Comentários pejorativos;  <b>c)</b> Ataques físicos;  <b>d)</b> Declarações ameaçadoras e preconceituosas;  <b>e)</b> Isolamento social.</p> <p><b>Art. 3.º</b> O bullying de acordo com as ações praticadas, pode ser em três tipos os ataques:</p> <p><b>I</b> – Sexual: assediar, induzir e ou abusar sexualmente;  <b>II</b> – Social: isolar e excluir social; ignorar, isolar e excluir;  <b>III</b> – Psicológica: perseguir, intimidar, dominar, intimidar, ferir, chantagear e manipular.</p> <p><b>Art. 4.º</b> Compete às escolas da rede pública e privada, com seu corpo docente e a participação de alunos, com apoio das pais e da comunidade dar apoio no combate a qualquer ato tipificado como bullying ou</p>	<p align="center"><b>Município de Pinhão</b></p> <p align="center"><b>ESTADO DO PARANÁ</b>  <small>CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28</small></p> <p>cyberbullying para que alunos e seus responsáveis legais tomem conhecimento do projeto, buscando amenizar a criminalização virtual que tanto vem prejudicando o cotidiano moderno.</p> <p><b>Art. 5.º</b> Poderão ser celebrados entre Município de Pinhão, Entidades e Escolas parcerias para a garantia e manutenção do cumprimento dos objetivos do Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying, onde os pontos poderão planejar e executar atividades dinâmicas com as escolas para despertar interesse nos alunos no referido tema.</p> <p><b>Art. 6.º</b> As escolas poderão encaminhar vítimas e agressores aos serviços de atendimento multidisciplinar e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios municipais.</p> <p><b>Art. 7.º</b> Para a consecução do Projeto de Prevenção para o combate de bullying e cyberbullying, descrito nessa Lei, caberá a organização utilizar de todos os meios de comunicação e informação, bem como convites para os profissionais promoverem palestras de conscientização e informação sobre o tema aos alunos e educadores e aos familiares.</p> <p><b>Art. 8.º</b> Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.</p> <p><b>Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, 67.º Ano de Emancipação Política.</b></p> <p align="center"><b>Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, 67.º Ano de Emancipação Política.</b></p> <p align="center">   José Vitorino Prestes  Prefeito Municipal </p>
	<p align="center"><b>MUNICÍPIO DE PINHÃO</b></p> <p align="center"><b>ESTADO DO PARANÁ</b></p> <p align="center"><b>ERRATA</b></p> <p align="center"><b>PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 023/2022</b></p> <p><b>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS NAS LINHAS Nº 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58 E 59, A SEREM REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 2022.</b></p> <p><b>ONDE LÊ-SE:</b></p> <p><b>EMPRESA VENCEDORA:</b></p> <p>TONY EMERSON PIONOSKY  CNPJ: 17.253.913/0001-12  OZEIAS DA SILVA 93810938904  CNPJ: 17.479.571/0001-53  JOÃO LUIZ ZEMBRUSKI  CNPJ: 17.584.606/0001-14  JOCÉLIA RIBEIRO DA SILVA SANTOS – ME  CNPJ: 19.167.392/0001-06  ROMÁRIO ADÃO SEVERINO  CNPJ: 23.181.502/0001-61  CLAUDINEI BORGES DOMINGUES 03343873969  CNPJ: 23.848.887/0001-78  MARCIA REGINA DOIN  CNPJ: 24.001.217/0001-84  GELSON DE OLIVEIRA  CNPJ: 23.983.864/0001.76  OSMAR JOSÉ DE OLIVEIRA  CNPJ: 23.983.769/0001-72  ESMAEL FERREIRA DOMINGUES  CNPJ: 24.069.979/0001-12  ODAIR JOCOSKI 98974530910  CNPJ: 30.886.680/0001-53  SILMARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES 04177220957  CNPJ: 34.266.265/0001-58  JOAO WILSON NARCISO 04521751946  CNPJ: 43.118.459/0001-05  JHENIFER KAMILA MATTOS MACHADO 12379454965  CNPJ: 43.119.803/0001-72  PAULO RICARDO DE FREITAS MACEDO 07059486925  CNPJ: 44.324.657/0001-80</p> <p><b>LETA-SE:</b></p> <p><b>EMPRESA VENCEDORA:</b></p> <p>TONY EMERSON PIONOSKY  CNPJ: 17.253.913/0001-12  OZEIAS DA SILVA 93810938904  CNPJ: 17.479.571/0001-53  JOÃO LUIZ ZEMBRUSKI  CNPJ: 17.584.606/0001-14  JOCÉLIA RIBEIRO DA SILVA SANTOS – ME  CNPJ: 19.167.392/0001-06  ROMÁRIO ADÃO SEVERINO  CNPJ: 23.181.502/0001-61  CLAUDINEI BORGES DOMINGUES 03343873969  CNPJ: 23.848.887/0001-78  MARCIA REGINA DOIN  CNPJ: 24.001.217/0001-84</p>	

GELSON DE OLIVEIRA  
CNPJ: 23.983.864/0001-76  
OSMAR JOSÉ DE OLIVEIRA  
CNPJ: 23.983.769/0001-72  
ESMAEL FERREIRA DOMINGUES  
CNPJ: 24.069.979/0001-12  
ODAIR JOCOSKI 98974530910  
CNPJ: 30.886.680/0001-53  
SILMARA APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES 04177220957  
CNPJ: 34.266.265/0001-58  
JOAO WILSON NARCISO 04521751946  
CNPJ: 43.118.459/0001-05  
JHENIFER KAMILA MATTOS MACHADO 12379454965  
CNPJ: 43.119.803/0001-72  
PAULO RICARDO DE FREITAS MACEDO 07059486925  
CNPJ: 44.324.657/0001-80  
LUCIANO MARCAL GOLEC 07247267992  
CNPJ: 24.023.477/0001-50

OBSERVAÇÃO: O RESTANTE PERMANECE INALTERADO.

Pinhão, 28 de junho de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinhos@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



ERRATA Nº 001

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 051/2022

FREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022

O Prefeito Municipal de Marquinho-PR, faz saber aos interessados que o Aviso e Edital acima descrito sobre as seguintes alterações:

**ONDE SE LÊ: "ANEXO I" TERMO DE REFERÊNCIA"**

"7.- Condições e prazos de entrega ou execução: 7.1. Os bens deverão ser entregues em até 10 (dez) dias consecutivos, contados do encaminçamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor..."

**LEI-SE: "ANEXO I" TERMO DE REFERÊNCIA"**

"7.- Condições e prazos de entrega ou execução: 7.1. Os bens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do encaminçamento da requisição através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor..."

Em razão das alterações realizadas no edital, a data da sessão pública, fica transferida para o dia 11 de julho de 2022 com recebimento de propostas das 08:00 horas do dia 29 de junho de 2022, até às 08:30 horas do dia 11 de julho de 2022.

Realização da sessão pública: A sessão pública iniciará às 09:00 horas do dia 11 de julho de 2022, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

O Edital contendo as alterações estará disponível na sede da Prefeitura Municipal – Depto de Licitações, sito a Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Marquinho-PR, de segunda a sexta-feira, das 08:00hs às 11:30hs ou das 13:00hs às 17:00hs, ou pelo endereço eletrônico [www.marquinho.pr.gov.br](http://www.marquinho.pr.gov.br).

Marquinho-PR, em 28 de Maio de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinhos@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2022

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de Junho de 2022.

- CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº 01.612.552/0001-13, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Elío Bolzon Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.888.242-1 - SSP/PR e do CPF/MF nº 061.537.579-01, e
- CONTRATADO:** TRIGEE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME inscrita no CNPJ nº 04.879.033/0001-48, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, Município de Marquinho, Estado do Paraná.
- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.M.E.I. SEBASTIÃO BATISTA DE FRANÇA.
- VALOR TOTAL:** O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R\$ 264.825,51** (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos).
- PRazo DE EXECUÇÃO:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data da assinatura do Contrato de Empreitada e de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro.
- PRazo DE VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses.
- FORO:** Comarca de Laranjeiras do Sul/PR.

Marquinho, Estado do Paraná, em 27 de Junho de 2022.



MUNICIPIO DE MARQUINHOPR

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 48

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Aplta constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.524/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL, DE ACORDO COM A EMENDA PARLAMENTAR 2022035002

Fornecedor: AUTO POSTO STANE LTDA - 08.880.885/0001-06

Lote	Quant.	Un.	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adquirido	Total Adquirido	Unitário Orçado	Total Orçado
1	1,00	UN	DIESEL COMUM	VWRA	DC	1,08 R\$	1,08 R\$	60.000,00 R\$	60.000,00 R\$

Nos termos do Parecer Jurídico, HOMOLOGO o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marquinho-PR, 27 de Junho de 2022

ELIO BOLZON JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICIPIO DE MARQUINHOPR

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 49

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Aplta constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.524/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL, DE ACORDO COM A PORTARIA 1.110 PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL.


Fornecedor: AUTO POSTO STANE LTDA - 08.880.885/0001-06

Lote	Quant.	Un.	Descrição	Marca	Modelo	Unitário Adquirido	Total Adquirido	Unitário Orçado	Total Orçado
1	1,00	UN	DIESEL COMUM	VWRA	DC	0,80 R\$	0,80 R\$	100.000,00 R\$	100.000,00 R\$

Nos termos do Parecer Jurídico, HOMOLOGO o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marquinho-PR, 27 de Junho de 2022

ELIO BOLZON JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL



**MUNICÍPIO DE MARQUINHOPO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO 58**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**



---

Apoio constante à regularidade das atas procedimentais, c/c PREJEITO MUNICIPAL: **HOMOLOGA** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.242/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O MEIO DO CONVENIO Nº 007/20202 - ANRS**


Fornecedor : ENGEPEX EQUIPAMENTOS LTDA - 05.363.630/00-24										
Item	Quant.	Descrição	Marca	Modelo	Unidade	Total	Unidade	Econ.	Economia	
						Adquirido	Orcado	%	R\$	
1	1,00 U	RETRANSMISSORA NOVA -45A, MOTOR DIESEL, RE ALUMINIO, POTENCIA MINIMA - COM BOMB DE PRESSAO MINIMA - TRANSMISSAO COM CONTROLES DE TORCAO, TRAQAO, TIPO PIONEIRISTAS - OU EQUIVALENTE A EQUIVALENTE A PRETENS E VELOCIDADES A ME AXA, PISSO OPERACIONAL EM TEMPERATURAS CORRELACIONADAS ENTRE SI, FREIACONSTRUTORA DE CARGUEIRO MINIA SEMP - JANGADA DA COQUEIRA MINIA DE SA POLEGADES, ROLAS E PRELUS DA LINHA DE MONITOR OFFROAD HETEROLOX PRELU A DISCO MULTIPLE, BANDEHAS A OLDO CAMERA FOTOGRAFICA PORTATIL, COM ORIENTACAOZAO, JORNES DE SUBSISTENCA INTERNA, CAPACIDADE DE LECTORES MEMORIA DA ENTORNO DE OPERACAO	JCB	2CJ	CXK	RS	RS 465.000,00	RS 465.000,00	1,76%	RS 8.330,33
<b>Subtotal Adquirido: RS 465.000,00</b>							<b>Subtotal Orcado: RS 473.333,33</b>	<b>1,76%</b>	<b>RS 8.330,33</b>	

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adquirido	Total Orcado	Economia %	Economia R\$
RS 465.000,00	RS 473.333,33	1,76%	RS 8.330,33

Nos termos do Parâmetro Jurídico, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.


MarquinhosPR, 28 de Junho de 2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHOP**

**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJS 06.612.932/0009-13  
e-mail: pm.marquinhopolis@yahoo.com.br  
Rua 7 de Setembro, s/nº - CEP: 83.368-000 - Centro - MarquinhosPR.



---

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 046/2022**

**MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.M.E.I. SEBASTIÃO BATISTA DE FRANÇA.

Passado o prazo recursal, tendo público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, apresentando o proponente vencedor:

PROONENTE	VALOR TOTAL (R\$)
TRIGEE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - ME CNPJ: 04.879.603/0001-66	264.825,51

Valor total dos gastos com a Licitação Nº 046/2022 – Modalidade Tomada de Preços Nº 007/2022, R\$ 264.825,51 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos).


Homologo o Adjuicado a presente licitação.

MarquinhosPR, em 24 de Junho de 2022.

**ELIO BOLZON JUNIOR**

Prefeito Municipal

---



**PREFEITURA MUNICIPAL**

**ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

**ESTADO DO PARANÁ**

Gestão 2021 - 2024



---

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2022/PMEAI**

**PARTES:** Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu e a empresa MAGAZINE MÓVEIS BOA VISTA DA APARECIDA - EIRELI - ME.

**OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) frezer horizontal com capacidade de 513 litros, para uso no PETI, através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná.

**VALOR:** R\$ 3.899,00 (três mil, oitocentos e noventa e nove reais).

**BASE LEGAL:** Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**RECONHECIMENTO DA DISPENSA:** ADRIANO PAULO SCHERER – Procurador Jurídico – OAB/PR Nº 47.952.

**RATIFICAÇÃO:** AGENOR BERTONCELLO – Prefeito Municipal - 28/06/2022.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022/PMEAI**

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/ME**

**OBJETO:** Aquisição de materiais de consumo e equipamentos/material permanente - diversos, para uso na Farmácia Básica de Saúde, com recursos do JOAF 2012 (Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica), através da Secretária Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme constante do anexo I do presente edital.

**As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 13/07/2022.**

**AUTORIZAÇÃO:** Agenor Bertonecello – Prefeito Municipal.

**INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO:** O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 28 de junho de 2022.

**MARCIO BONELLA**

Progcrico

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022/PMEAI**

**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/ME**

**OBJETO:** Aquisição de contraste radiológico gadobutrol, para uso no Centro Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, conforme constante do anexo I do presente edital.

**As propostas serão recebidas até às 13:00 horas do dia 13/07/2022.**

**AUTORIZAÇÃO:** Agenor Bertonecello – Prefeito Municipal.


**INFORMAÇÕES SOBRE O PREGÃO:** O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 28 de junho de 2022.

**MARCIO BONELLA**

Progcrico

---




**PREFEITURA MUNICIPAL**

**ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

**ESTADO DO PARANÁ**

Gestão 2021 - 2024



---

**EXTRATO DE 1º ADITIVO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO**

**CONTRATO Nº: 078/2021/PMEAI**


**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.

**CONTRATADA:** DANIELY MIARY DA SILVA - ME.

**OBJETO:** FICCA ACRESCIDO EM ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) NOS PRODUTOS CONSTANTES DO CONTRATO Nº 078/2021/PMEAI CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA UTILIZAÇÃO PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SAÚDE DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AOS LOTES/ITEMS 01 AO 24 (UM AO VINTE E QUATRO), DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021/PMEAI, PASSANDO O VALOR TOTAL GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL DE R\$ 84.594,50 (OITENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), PARA O VALOR TOTAL GLOBAL DE R\$ 105.201,82 (CENTO E CINCO MIL, DUZENTOS E UM REAL E OITENTA E DOIS CENTAVOS), EM RAZÃO DE HAVER FALTA/NECESSIDADE DOS REFERIDOS MATERIAIS/PRODUTOS NAS REFERIDAS SECRETARIAS, SEM FICCA COMO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, OU SEJA, ATÉ 10 DE JUNHO DE 2023, DE CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA SEXTA E NONA DO PRESENTE CONTRATO, AMPARADO PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ATRÁVES DE SEU ART. 65 PARÁGRAFO 1º.

**ASSINATURA:** 09/06/2022.






PREFEITURA MUNICIPAL  
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ  
Gestão 2021 - 2024

EXTRATO DE 1º ADITIVO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº: 099/2021/PMEAI.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.  
CONTRATADA: RADIO INTERNACIONAL FM 107.9 DE QUEDAS DO IGUAÇU LTDA – ME.  
OBJETO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 099/2021/PMEAI, FIRMADO EM 28 DE JUNHO DE 2021, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSIS DE DIVULGAÇÃO DE AVISOS, COMUNICADOS E DEMAIS MATERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2021/PMEAI, POR MAIS 02 (DOIS) MESES, OU SEJA, ATÉ A DATA DE 28 DE AGOSTO DE 2022, E CONSEQUENTEMENTE O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI 8.666/93, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS. FICA REAJUSTADO O VALOR CONTRATUAL COM BASE NO IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS) ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO PERCENTUAL DE 10,72%, PASSANDO O VALOR MENSAL DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), PARA R\$ 5.536,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS), A PARTIR DO DIA 28 DE JUNHO DE 2022.  
ASSINATURA: 27/06/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL  
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU  
ESTADO DO PARANÁ  
Gestão 2021 - 2024

EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATO: 121/2022.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU – PARANÁ.  
CONTRATADA: GILMAR NEGRE DE OLIVEIRA.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE TEXTURA EM PAREDES EXTERNAS E PINTURA PARA PISO EM TINTA ACRILICA, A SER REALIZADO NO GINÁSIO DE ESPORTES LUDOVICO CZECHOSKI, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2022.  
VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).  
ASSINATURA: 28/06/2022.  
VIGÊNCIA: 27/12/2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 004/2022 DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

Em resposta ao Mem. 004/2022-CMV Elizeu Komineck  
Presidente da Câmara Municipal de Virmond-Pr, concedo o  
neste requerido nos seguintes termos:

**NOME:** Elisangela Maria da Silva Claro Javorski

**CARGO:** Auxiliar de Serviços Gerais  
**CPF. Nº** 038.700.109-32

**OBJETIVO DA VIAGEM: VIAGEM PARA GUARAPUAVA - PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO “NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – PONTOS POLÊMICOS” .**

**PERÍODO DE AFASTAMENTO: 29/06/2022 À 30/06/2022.**

**ORIGEM: VIRMOND-PR.  
DESTINO: GUARAPUAVA - PR.  
RETORNO: 30/06/2022.  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS:02 (DUAS), SEM PERNOITE.**

**VALOR: R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS).**

Virmond, 28 de JUNHO de 2022.

Elizeu Komineck  
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº 004/2022

Virmond/PR, 28 de junho de 2022.

Exmo Sr.  
Elizeu Komineck  
Presidente  
Câmara Municipal de Virmond -PR

Assunto: Concessão de diárias

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução Legislativa nº 03/2018, solicito que seja autorizada a realização de minha viagem para Guarapuava-PR, para participar do Curso “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Pontos Polêmicos”, a ser realizado nos dias 29 e 30 de junho, na cidade de Gurapuava – PR, solicito sejam realizados os procedimentos necessários para a concessão das diárias que forem devida.

A saída está prevista para os dia 29 de junho de 2022, por volta das 07:15 horas e com retorno previsto para o dia 29/06/2022, por volta das 18:30 horas, e dia 30 de junho de 2022, por volta das 07:15 e com retorno previsto para o dia 30 de junho de 2022 por volta das 18:30, sem pernoite, justificando assim à diária solicitada.

Respeitosamente,

Maria Luiza Mierzva  
Assessora Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº 005/2022

Virmond/PR, 28 de junho de 2022.

Exmo Sr.  
Elizeu Komineck  
Presidente  
Câmara Municipal de Virmond -PR

Assunto: Concessão de diárias

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução Legislativa nº 03/2018, solicito que seja autorizada a realização de minha viagem para Guarapuava-PR, para participar do Curso “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Pontos Polêmicos”, a ser realizado nos dias 29 e 30 de junho, na cidade de Gurapuava – PR, solicito sejam realizados os procedimentos necessários para a concessão das diárias que forem devida.

A saída está prevista para os dia 29 de junho de 2022, por volta das 07:15 horas e com retorno previsto para o dia 29/06/2022, por volta das 18:30 horas, e dia 30 de junho de 2022, por volta das 07:15 e com retorno previsto para o dia 30 de junho de 2022 por volta das 18:30, sem pernoite, justificando assim à diária solicitada.

Respeitosamente,

Elisangela Maria da Silva Claro Javorski  
Auxiliar de Serviços Gerais

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 005/2022 DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

Em resposta ao Mem. 005/2022-CMV Elizeu Komineck  
Presidente da Câmara Municipal de Virmond-Pr, concedo o  
neste requerido nos seguintes termos:

**NOME:** Maria Luiza Mierzva

**CARGO:** ASSESSORA LEGISLATIVA  
**CPF. Nº** 706.243.059-53

**OBJETIVO DA VIAGEM: VIAGEM PARA GUARAPUAVA - PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO “NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – PONTOS POLÊMICOS” .**

**PERÍODO DE AFASTAMENTO: 29/06/2022 À 30/06/2022.**

**ORIGEM: VIRMOND-PR.  
DESTINO: GUARAPUAVA - PR.  
RETORNO: 30/06/2022.  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS:02 (DUAS), SEM PERNOITE.**

**VALOR: R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS).**

Virmond, 28 de JUNHO de 2022.

Elizeu Komineck  
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº 005/2022

Virmond/PR, 28 de junho de 2022.

Exmo Sr.  
Elizeu Komineck  
Presidente  
Câmara Municipal de Virmond -PR

Assunto: Concessão de diárias

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução Legislativa nº 03/2018, solicito que seja autorizada a realização de minha viagem para Guarapuava-PR, para participar do Curso “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Pontos Polêmicos”, a ser realizado nos dias 29 e 30 de junho, na cidade de Gurapuava – PR, solicito sejam realizados os procedimentos necessários para a concessão das diárias que forem devida.

A saída está prevista para os dia 29 de junho de 2022, por volta das 07:15 horas e com retorno previsto para o dia 29/06/2022, por volta das 18:30 horas, e dia 30 de junho de 2022, por volta das 07:15 e com retorno previsto para o dia 30 de junho de 2022 por volta das 18:30, sem pernoite, justificando assim à diária solicitada.

Respeitosamente,

Maria Luiza Mierzva  
Assessora Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND  
ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 50, Centro – CEP: 85390-000  
Fone: (42) 3618 10 06

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA Nº 005/2022

Virmond/PR, 28 de junho de 2022.

Exmo Sr.  
Elizeu Komineck  
Presidente  
Câmara Municipal de Virmond -PR

Assunto: Concessão de diárias


Senhor Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução Legislativa nº 03/2018, solicito que seja autorizada a realização de minha viagem para Guarapuava-PR, para participar do Curso “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Pontos Polêmicos”, a ser realizado nos dias 29 e 30 de junho, na cidade de Gurapuava – PR, solicito sejam realizados os procedimentos necessários para a concessão das diárias que forem devida.

A saída está prevista para os dia 29 de junho de 2022, por volta das 07:15 horas e com retorno previsto para o dia 29/06/2022, por volta das 18:30 horas, e dia 30 de junho de 2022, por volta das 07:15 e com retorno previsto para o dia 30 de junho de 2022 por volta das 18:30, sem pernoite, justificando assim à diária solicitada.

Respeitosamente,

Elisangela Maria da Silva Claro Javorski  
Auxiliar de Serviços Gerais



CÂMARA MUNICIPAL DE  
PORTO BARREIRO – PARANÁ  
CNPJ: 01.641.655/0001-01  
Rua das Hortênsias, 1235 - Centro. CEP: 85.345-000  
Fone: (042) 3661-1097 – camara@cmpr.br


EDITAL nº 025/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Inciso II do § 2º do artigo 60 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 48 “caput” e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e atendendo ao pedido da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, incumbida dos estudos de mérito regimental,

TORNA PÚBLICA, a realização de audiência pública com participação popular e interessados a acontecer dia 01 de julho de 2022, às 10h00min (dez horas) na sede da Câmara Municipal, situada à Rua das Hortênsias, 1235, Centro, para discussão do Projeto de Lei nº 027/2022, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, cuja ementa “Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração do Orçamento do Município, para o exercício de 2023”, que tramita regimentalmente na Câmara.

Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 28 de junho de 2022.

CLAUDINEI GADOMSKI  
Presidente



LEILÕES JUDICIAIS EM LARANJEIRAS DO SUL/PR

1º Leilão: Somente na modalidade eletrônica, no dia 28/07/2022 às 13:30h, (com lances a partir da avaliação).

2º Leilão: Somente na modalidade eletrônica, no dia 12/08/2022 às 13:30h, (pela melhor oferta desde que não seja vil).

LOCAL DO LEILÃO ON-LINE: Site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br -

O Interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio no site do leiloeiro, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica.


LEILOEIRO: Elton Luiz Simon Jucepar 09/023-L, cuja remuneração será da seguinte forma: Em se tratando de arrematação, 5% do valor do lance, sob responsabilidade do arrematante. Intimação: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s), cônjuge(s), condômino(s), coproprietário(s), usufrutuário(s), credor(es) hipotecário(s), fiduciário(s) e demais credores de acordo com o art. 889 da Lei 13.105/2015, se por ventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal.

Caso houver qualquer impedimento nas datas e horários o leilão será realizado no dia útil seguinte.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) imóvel(is) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigido.

Vara Cível - Autos 0003832-19.2011.8.16.0104 de Execução Fiscal, em que é exequente: INSTITUTO ÁGUA E TERRA e executado(s): JOÃO BATISTA NUNES DA SILVA. BEM(NS): Laranjeiras do Sul/PR: Área rural c/ 24.200m², lote 151, gleba 04, Colônia Xagu, matr.13.402 CRI. Avaliado em R\$80.000,00 em 26/10/2018. AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R\$112.169,04 em 01/03/2022. Dívida: R\$13.339,43, em 26/09/2011, valor sujeito à atualização mais as custas processuais. Depósito: Em mãos do depositário público desta Comarca. Ônus: Os que constarem nos autos.

RELAÇÃO COMPLETA DOS BENS E MAIS INFORMAÇÕES: Simon Leilões – (46) 3225-2268 - www.simonleiloes.com.br - contato@simonleiloes.com.br



SUDOESTE  
TRANSPORTES

Ligue sempre que precisar  
0800 041 3223

Comercial/Vendas | Pendências de Entrega  
Cotação | Coleta | SAC

Encomendas  
ATENDEMOS  
100%  
PR, SC  
e SP  
Consulte nossos  
pacotes empresariais.

Passagens  
Atendendo o  
Sudoeste, Oeste  
do Paraná e  
ligação para  
Joinville - SC.

SIGA A SUDOESTE

sudoestetransportes.com.br